

Importância da Assistência Estudantil na Educação Superior Pública

Maísa Miralva da Silva

Política de Assistência Estudantil (AE)



(...) é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras

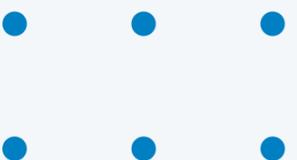
(FONAPRACE, 2012, p. 63)

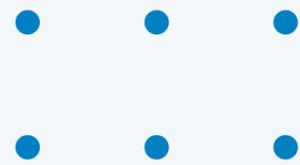


- A regulamentação da Assistência Estudantil (AE) em âmbito governamental, admitindo-a como uma política pública é uma conquista recente no país.
- No entanto, as discussões sobre o tema são antigas e remontam ao surgimento, expansão e desenvolvimento do ensino superior brasileiro, perpassando diferentes contextos sócio históricos.

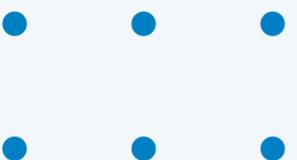
A análise da literatura sobre o assunto, bem como dos documentos históricos produzidos pelo FONAPRACE permitem a delimitação da história da institucionalização da AE em três fases distintas .

- **Primeira Fase (1928 – 1985):** corresponde a um longo período, partindo da criação da primeira universidade até o período de “redemocratização” política do país.
- **Segunda fase (1985 – 2007):** corresponde à rearticulação dos atores políticos engajados na defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade, oportunizando a criação de espaços de debate da AE que se materializa na produção de documentos que servirão mais tarde de base para a regulamentação de uma Política Nacional de AE.





- **Terceira fase (2007 até 2015):** corresponde ao período de expansão e reestruturação das IFES no Brasil e de regulamentação, no âmbito da esfera governamental, das políticas de AE.
- **Quarta fase (2015 até os dias atuais):** corresponde a um momento de rupturas institucionais na esfera do governo federal, que resultaram em inflexões nos objetivos e diretrizes das políticas para a educação pública, cujos reflexos sobre AE são de encolhimento orçamentário e redução de atendimento.



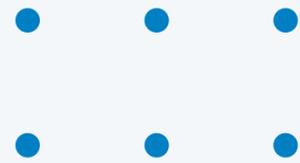
Principais iniciativas/acontecimentos da 1ª Fase:

- A inauguração da Casa do Estudante Brasileiro, em Paris, no ano de 1928.
- Inauguração da Casa do Estudante Brasileiro no RJ, em 1930, acoplada a um restaurante popular.
- A criação desta casa oportunizou o surgimento da União Nacional dos Estudantes (UNE), como um ator político de representação dos interesses dos estudantes, entre os quais a AE figurava como principal reivindicação.

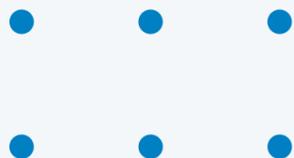
-
-
-

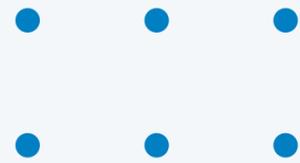
- O reconhecimento da AE, no âmbito do Estado, por meio da reforma educacional de Francisco Campos, em 1931, com o Decreto no 19.851/1931, denominado Lei Orgânica do Ensino Superior.
- Por meio desta Lei, a AE é regulamentada no artigo 157, inciso §2º, no qual se prevê recursos através de um fundo que: *“(...) se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e médica”*.
- Posteriormente, nas Constituições Federais de 1946 e 1967, a educação passa a se concebida como um direito de todos e a AE como um direito de todos que a necessitam.

-
-
-

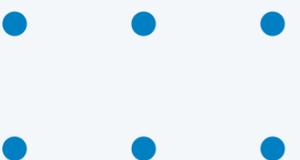


- Nos anos 60, a UNE pautará a AE nos debates sobre a reforma universitária, conferindo maior visibilidade ao tema.
- Com o golpe militar de 1964, a UNE passa a ser perseguida, tendo a sua representatividade legal suspensa e sua reestruturação ocorre no final dos anos 70 com o enfraquecimento do regime militar.
- Criação do DAE, em 1970, vinculado ao MEC que tinha por objetivo manter uma política nacional de AE, enfatizando os programas de alimentação, moradia, assistência médica e odontológica.





- Nesta primeira fase, as políticas de AE desenvolvidas no país se caracterizaram como ações restritas e fragmentadas, voltadas para a elite do país, que detinham o privilégio do acesso ao ensino superior, cumprindo a função de subsidiar os custos adicionais destes estudantes.
- A presença de estudantes oriundos de famílias da classe trabalhadora nas universidades era minoritária nesta época.



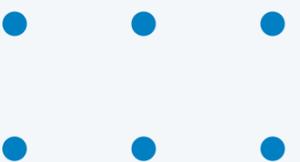
Principais iniciativas/acontecimentos da 2ª Fase:

- Criação do FONAPRACE, em 1987, encarregado de discutir, elaborar e propor ao MEC a política de Promoção e Apoio ao Estudante.
- Criação da ANDIFES, em 1989.

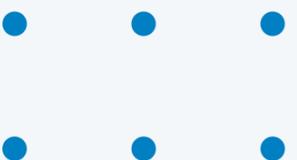


A Promulgação da Constituição de 1988, mediante a inclusão de reivindicações importantes da sociedade civil organizada, entre as quais:

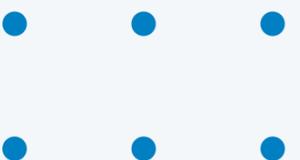
- **Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- **Art. 206.** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
(...) I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- **Art. 207.** As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.



- A promulgação da CF propiciou um avanço do debate em relação aos direitos dos estudantes ao acesso e à permanência no ensino superior.
- Nesta época, as ações de AE eram percebidas pelos atores governamentais como gastos adicionais, em um contexto de orçamentos restritos às IFES.
- Posteriormente, durante o governo FHC há uma forte limitação dos recursos para a AE, sendo que a própria LDB, em seu artigo 71, inciso IV, previa a desresponsabilização do Estado com este tema.



- Neste contexto adverso, o FONAPRACE se manifestará na defesa da AE como investimento.
- Realização pelo Fonaprace, em 1996, 2003, e posteriormente em 2010, de pesquisas amostrais sobre o Perfil Socioeconômico e cultural dos Estudantes de Graduação das IFES .
- Essas pesquisas serviram para legitimar a AE junto à sociedade e às esferas governamentais.



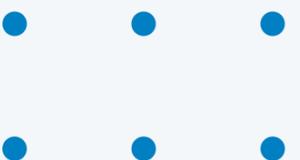
- Com os dados da pesquisa, o FONAPRACE elaborou, em 2001, um Plano Nacional de AE que foi encaminhado à ANDIFES.
- Em 2007, o FONAPRACE atualizou este plano, com vistas a iniciar um processo de discussão com o MEC.

Principais acontecimentos da 3ª Fase:

- Instituição do PNAES, por meio da Portaria do MEC nº 39 de 12/12/2007, acolhendo as proposições do FONAPRACE/ANDIFES.
- Instituição do programa REUNI, por meio do Decreto nº 6.096 de 24/04/2007, convergindo com a necessidade de uma política nacional de AE.



- Em 10 de julho de 2010, o então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, transformou o PNAES em Decreto-Lei nº 7.234, convertendo-o no principal documento norteador das políticas de AE no país.
- Instituição do Sistema de Seleção Unificada – SISU, por meio da Portaria Normativa MEC nº 2, de 26/01/2010, regulamentada pela Portaria Normativa nº 21, de 05/11/2012.
- Em 29/08/2012 é sancionada a Lei nº 12.711 (Lei de Cotas).



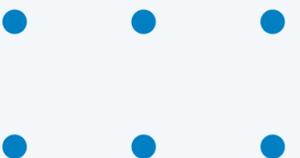
-
-
-
-
-
-
- Em 10 de julho de 2010, o então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, transformou o PNAES em Decreto-Lei nº 7.234, convertendo-o no principal documento norteador das políticas de AE no país.
- Instituição do Sistema de Seleção Unificada – SISU, por meio da Portaria Normativa MEC nº 2, de 26/01/2010, regulamentada pela Portaria Normativa nº 21, de 05/11/2012.
- Em 29/08/2012 é sancionada a Lei nº 12.711 (Lei de Cotas).
- Criação por meio da Portaria do MEC nº 389 de 09/05/2013 do Programa Bolsa Permanência (PBP).



Total de estudantes – O Brasil tem 8,4 milhões de estudantes de graduação matriculados em instituições de ensino superior, 24,6% deles em instituições públicas.



- **Acesso e Permanência:** retenção, evasão, qualidade da trajetória-êxito (saúde, condições de vida, satisfação com o curso, conciliar trabalho e estudo, mau relacionamento professor-estudante, expectativas não correspondidas com o curso, falta de informação sobre a profissão, pouca integração social ao mundo universitário, reprovações, etc.)

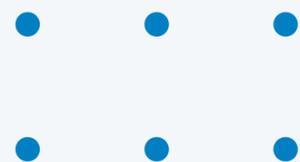


• • •
• • •

O PNAES (Decreto N° 7.234, de 19 de julho de 2010, completou 13 anos, se considerar a Portaria Normativa 39, já são 15 anos, 2007).

- **Art. 1º** O PNAES tem a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior federal.
- **Art. 2º** - são objetivos:
 - Democratizar as condições de permanência dos jovens...
 - Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e na conclusão do curso da educação superior
 - Reduzir as taxas de retenção e evasão
 - Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

- **Art. 3º** o PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- **Art. 5º** Serão atendidos pelo PNAES, prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até 1 e 1/5 salário mínimo....e outros critérios definidos pela Instituição.



- Vejam: a Assistência Estudantil é política estratégica de redução de dificuldades para o acesso efetivo ao direito à educação superior pública. É forma de potencializar a capacidade fragilizada pelas condições de vida, em favor de viabilizar o direito à educação, não é um fim em si mesma.
- A Assistência Estudantil deve favorecer a experiência da vida universitária com qualidade, o que não é possível só com bolsas.



**A AE é entendida como uma política
essencial no contexto da
indissociabilidade entre ensino,
pesquisa e extensão.**

Cenário/Realidade:

- Recursos Insuficientes
- Demanda crescente (saúde mental, alimentação, renda/apoio pedagógico X Permanência, saúde geral, moradia, transporte, outros).
- Inflação incidindo sobre os preços e novas licitações dos Rus
- Estruturas sucateadas, necessidade de melhorar nossas estruturas (casas e Restaurantes)

-
-
-
-
-
-
- Definir a política de atendimento e de acompanhamento
- Falta sistemas que contribuam com a segurança e agilidade da seleção e do acompanhamento
- Quem são os mandatários da Assistência Estudantil? (Identificar e depois selecionar): Como saber (+real possível) qual o volume de estudantes que apresentam condições insuficientes para seguir sua trajetória acadêmica? Que critérios? (Como vamos mensurar isso? Pesquisas Nacionais do Perfil – Fonaprace/ Andifes) - Igual dizer quantos são os pobres no Brasil.



O que é mais importante de garantir, sob a perspectiva dos objetivos do PNAES?

- Segundo a última pesquisa do perfil, a maioria dos jovens universitários trabalha, percentual ligeiramente superior ao que não trabalha (35,8 e 33,7) e uma parte procura emprego (17%).
- Saúde mental: são mais suscetíveis a transtornos como ansiedade, depressão, estresse (de 15 a 20% terão).
- Nas IFES da pesquisa, 86,4% já apresentou ocorrência de alguma dificuldade emocional. Ansiedade e desânimo são as duas mais citadas.

-
-
-
-
-

- Pensamento suicida + ideação de morte + sentimento de solidão = 48,6%
- Desânimo e falta de vontade de fazer as coisas = 49,5%
- Sensação de desamparo = 25,1%
- Insônia = 35,2%
- Tristeza = 25,3%
- Ansiedade = 77,4%

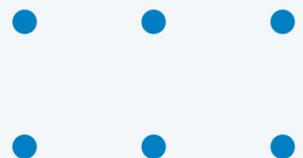
-
-
-
-
-

-
-
-
-
-
-
- A DPP (Demanda Potencial PNAES) é de 80,7% de todos os estudantes das IFES e apenas 34,8% tem acesso à Assistência Estudantil.
- A cada 3 estudantes que é DPP, um é atendido.
- A maioria dos atendidos se constitui de mulheres, negros indígenas (são priorizados).
- A análise da pesquisa inferiu que fazer menos refeições revela maiores dificuldades e sofrimentos emocionais, bem como ideação de abandono no curso. Cobertura de 47% da DPP.



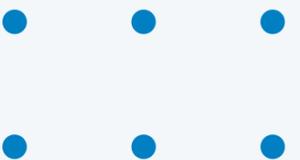


- Apoio pedagógico, que analisou 4 variáveis: dificuldade de aprendizado, falta de disciplina ou hábito de estudo, carga excessiva de trabalhos acadêmicos e relação professor-estudante. As ações para enfrentar essas variáveis alcançam apenas 1,2% da demanda nas IFES.
- Ex: **Curso Tempo e autocuidado** – Gestão do tempo para estudar e cuidar de si. Relação saudável com você e seu projeto de vida: curso universitário.

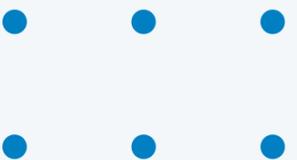


Integridade acadêmica e assistência estudantil

- Vamos falar de integridade acadêmica na Assistência Estudantil?
- Nunca falamos disso. O que é isso? Cultura da Integridade Acadêmica (boas práticas acadêmicas): bom uso das Casas de estudantes, dos RUs, das Bolsas e auxílios de assistência estudantil (bom uso é não desvincular dos objetivos – gestores e destinatários).

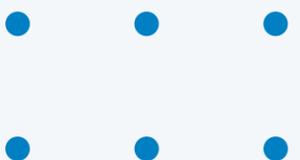


- A integridade acadêmica é assunto do mundo todo (educação).
Valores da Cultura da Integridade Acadêmica:
 - Honestidade/ Respeito/ Confiança/ Justiça/ Responsabilidade e Coragem.
- A Integridade Acadêmica é mais do que um código de ética, é a vivência da atmosfera da ética, honestidade e confiança em todos os ambientes da instituição.
- Costumo dizer que faz parte da Integridade Acadêmica o bom uso dos equipamentos públicos e dos recursos da assistência estudantil.





- Assistência Estudantil é espaço de educação, precisamos tomá-la como oportunidade de aprender mais sobre a realidade e suas nuances, na história real do Brasil profundo, que tanto carece de mudanças estruturais.
- A AE precisa contribuir, como espaço de educação e não só de atendimentos materiais, para pensar a condição humana (sociedade capitalista, periférica, conservadora, opressora, patriarcal, etc), no compromisso com a emancipação, a condição humana genérica e não individual, nossa universalidade.



-
-
-
-
-
-
- Os estudantes precisam saber e fazer saber que eles estão acessando uma política pública, muito importante para a sua condição de classe social. E, principalmente, as próximas gerações terão de ter os mesmos direitos e uma realidade melhor, bem melhor, pois estamos ampliando o exército de pessoas que lutam para a transformação dessa realidade, em seus diversos nichos e espaços de trabalho, com seu fazer profissional, sua visão de mundo, seu voto, sua consciência e seu compromisso, seja no movimento social, no partido, na associação profissional, seja nas suas expressões cotidianas e relações corriqueiras.



- Devemos criar um ambiente que não acolha situação de assédio, bullying e toda ordem de preconceito.
- Nós, gestores, precisamos envolver mais os estudantes no planejamento, decisões e responsabilidade para com a política pública de assistência Estudantil, bem como os profissionais que estão no dia a dia na sua execução.
- Para efetivar uma política pública, precisamos planejar, avaliar, acompanhar e aprimorar nos erros e acertos, contando com orçamento para a sua realização, do contrário, seremos apenas um conjunto de ações desarticuladas, que não sabemos o rumo e menos ainda o que podemos transformar com esse investimento.



Qual a universidade com mais alunos no Brasil?

A líder do ranking é a Universidade Norte do Paraná (Unopar), do Paraná. São 353.432 alunos, 95% deles matriculados em cursos de educação a distância. A segunda colocada é a Unip – Universidade Paulista, com 219.649 matriculados na graduação presencial e 123.822 no EAD

Quantas pessoas não têm acesso à educação no Brasil IBGE?

De acordo com o levantamento, 5,6% da população do país com 15 anos ou mais não sabiam ler ou escrever em 2022.

Qual a taxa de escolaridade dos jovens brasileiros?

Entre os jovens com idade entre 25 e 29 anos, apenas 14,6% concluíram o ensino superior e 61,5%, o ensino médio. Para os jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, 55,2% possuem o ensino médio completo.



Qual é a atual situação dos jovens no Brasil?

Um levantamento feito pela Fundação Abrinq apontou que quase 11 milhões de crianças e adolescentes no Brasil estão em situação de extrema pobreza. A edição de 2023 do Cenário da Infância e Adolescência no Brasil, que compila dados de 2021, mostrou que jovens entre 0 e 14 anos nesta situação vivem com 11 reais por dia.





Os estudantes precisam saber e fazer saber que a AE é uma política pública, muito importante para a sua condição de classe social.

As próximas gerações terão de ter os mesmos direitos e uma realidade melhor, bem melhor, pois estamos ampliando o exército de pessoas que lutam para a transformação dessa realidade, em seus diversos nichos e espaços de trabalho, com seu fazer profissional, sua visão de mundo, seu voto, sua consciência e seu compromisso, seja no movimento social, no partido, na associação profissional, seja nas suas expressões cotidianas e relações corriqueiras.



PRAE
PRÓ-REITORIA DE
ASSUNTOS ESTUDANTIS



UFG
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS

Obrigada!

maisasa@ufg.br